

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao décimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às
3 dez horas, iniciou-se a reunião via videoconferência, tendo como pauta os seguintes
4 assuntos: **1 – Aprovação das minutas de ATA, reuniões de 16/01/2020 e 17/04/2020;**
5 **2 – Aprovação das minutas de resoluções do CBHLSJ: a) Altera a resolução nº 75**
6 **da compra de embarcação; b) Monitoramento do Pescado da Laguna de**
7 **Araruama; c) Revoga a Resolução 91/2029 – Projeto de esgotamento Sanitário de**
8 **Armação de Búzios; d) Cria o GT de Acompanhamento do Contrato de Gestão; e)**
9 **Projeto de Estudos Hidrológicos de Silva Jardim; f) Cria a CT de Gerenciamento**
10 **Costeiro; g) Cria a CT de Restauração Florestal. 3 – Aprovação do Calendário de**
11 **Reuniões; 4 – Convite para contribuição do CBHLSJ, na Revisão do Marco**
12 **Regulatório da legislação da pesca de camarões em águas interiores e águas**
13 **costeiras; 5 – Proposta de criação de uma conta no Instagram para o CBHLSJ; 6 –**
14 **Esclarecimentos sobre os recursos que serão utilizados para o Projeto de**
15 **Saquarema; 7 – Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para ciência e**
16 **considerações, se for o caso. E preenchimento do questionário de avaliação para**
17 **ser entregue até 20/5; 8 – Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes
18 representantes, conforme comprovação de presença: Sra. Mariana Botelho (FIPERJ);
19 Sra. Ana Paula Araujo Pereira (FIPERJ); Sra. Beatriz Corrêa (FIPERJ); Sra. Daiana
20 Paula da Silva Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Sr.
21 Renato Gullo (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Rogério Marão (Tosana); Sr.
22 Pedro Paulo (Associação Raízes); Sr. Emídio Fernandes de Souza (Associação Raízes);
23 Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sra. Edna Ferreira Calheiros Saraiva
24 (AMEAS); Sra. Irene Alves de Mello (ALA); Sr. Jorge Carmo de Mello (ALA); Sra.
25 Dalva Rosa Mansur (IPEDS); Sra. Sandra Bárbara de Souza (IPEDS); Sr. Manildo
26 Marcião de Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sra. Amanda
27 Mendes Bulhões Barbosa (PROLAGOS); Sra. Gabriela Negreiros Coutinho
28 (PROLAGOS); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto (APAAPP); Sr. Leandro
29 Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande); Sr. Guilherme Moura
30 (SEMMA Silva Jardim); Sr. Nelson Ferreira da Costa (ITOGRASS); Sr. Marco
31 (ITOGRASS); Sr. José Ricardo de Souza (Associação dos Pescadores Artesanais da
32 Praia da Baleia); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sra.
33 Sulamita Rangel de Oliveira (Associação Observação de Cabo Frio); Sra. Roberta Cruz
34 da Silva (Associação Observação de Cabo Frio); Sr. Evaldo Luís Coelho (IRV); Sr.
35 Gilmar Prado Jacob (COOPASÃOJOÃO); Sra. Mayná Coutinho Morais (CEDAE); Sra.
36 Dulce Tupy (Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema); Sra. Miriam Branco (INEA);
37 Sr. Luís Fernando Faulstich (CILSJ); Sra. Adriana Saad (CILSJ); Sra. Marianna
38 Cavalcante (CILSJ); Sra. Jéssica Berbat (CILSJ); Sr. Tomás Baggio (CILSJ). Os
39 seguintes Membros justificaram sua ausência: Sr. Claudio Barreto (PMA); Sra. Ana
40 Maria Jardim (Associação Viva Lagoa); Sra. Lívia Soalheiro e Romano (SEAS); Sr.
41 Felipe Serpa. O Sr. Leandro Coutinho iniciou a reunião agradecendo a presença de
42 todos e comentando sobre o momento que estamos vivenciando de quarentena devido à
43 pandemia de COVID-19. Em seguida, abordou o primeiro ponto de pauta, sobre a
44 aprovação das atas das reuniões de Plenária realizadas nos dias 16/01/2020 e
45 17/04/2020, observando que foram realizadas alterações solicitadas pelo Sr. Gilmar
46 Jacob na ata do dia 16/01/2020. Sem nenhuma manifestação contrária, ambas as atas
47 foram aprovadas. O Sr. Leandro Coutinho passou, então, para o segundo ponto de
48 pauta, sobre a resolução que altera a resolução nº 75 da compra de embarcação,

49 questionando se alguém tem algo a comentar. O Sr. Francisco Guimarães destacou que
50 essa embarcação é importante não somente para a fiscalização da Lagoa de Araruama,
51 mas também para ser utilizada no auxílio a outros municípios da região. O Sr. Eduardo
52 Pimenta salientou a relevância da participação do CBHLSJ na fiscalização ao longo de
53 todo o ano, não apenas na época de defesa da Lagoa. O Sr. Leandro Coutinho expôs
54 que, quando atuava na prefeitura, podia observar uma dificuldade de se conseguir uma
55 embarcação para as atividades. O Sr. Emídio Fernandes questionou quem custeará o
56 combustível. O Sr. Francisco Guimarães informou que o combustível poderá ser
57 proveniente do que restou do contrato da fiscalização, que não utilizado todo o valor
58 disponibilizado e deve ser o suficiente para o ano de 2020. O Sr. Leandro Coutinho
59 comentou a resolução sobre o Monitoramento do Pescado da Laguna de Araruama, que
60 a demanda para realização destas análises surgiu devido à preocupação dos pescadores
61 sobre o pescado da Lagoa de Araruama, que não estaria próprio para consumo. O Sr.
62 Francisco Guimarães comentou que é importante analisar o pescado de fora da Lagoa,
63 para se avaliar o pescado que está entrando na Lagoa, verificando se este está vindo
64 contaminado de outro local. O Sr. Eduardo Pimenta destacou que essa análise de
65 pescado é importante e vem sendo tratado há longa data. Reforçou a importância da
66 manutenção e continuação deste projeto, devido ao período crítico que é alta temporada
67 na região, momento que causa uma piora na saúde ambiental da Lagoa. Concordou com
68 o Sr. Francisco Guimarães que se deve monitorar o pescado que está entrando na lagoa.
69 O Sr. Fernando Barbosa questionou como o dinheiro será investido, tendo em vista que
70 a resolução não especifica. A Sra. Adriana Saad respondeu que o monitoramento será
71 por convênio com universidade capacitada para realizar estudo toxicidade do pescado. A
72 Sra. Marianna Cavalcante complementou, informando que as especificações serão
73 aprovadas no escopo do projeto, que a resolução aprova apenas o aporte do recurso.
74 Elucidou, também, que o valor é baixo visando a realização de um convênio com
75 universidade, no qual o projeto custearia os reagentes, mas a faculdade realizaria as
76 análises por meio de algum projeto interno. O Sr. Fernando Barbosa questionou se
77 existe alguma universidade em vista. A Sra. Marianna Cavalcante explicou que se
78 pretende priorizar as universidades da região, mas que não poderia priorizar uma
79 especificamente. A Sra. Dalva Mansur e o Sr. Gilmar Jacob reclamaram de dificuldades
80 em lidar com a ferramenta de videoconferência, mas os demais membros conseguiram
81 boa conexão e solicitaram a continuação da reunião. Neste ponto, foi sugerido
82 experimentar outras alternativas de ferramentas para a próxima Reunião de Plenária. A
83 Sra. Marianna Cavalcante e o Sr. Leandro Coutinho solicitaram que a aprovação das
84 resoluções “a” e “b” fossem via chat. Os seguintes representantes manifestaram-se a
85 favor da aprovação das resoluções, via chat: Sra. Ana Paula Araújo Pereira (FIPERJ);
86 Sra. Daiana Paula da Silva Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior
87 (P.M.C.F.); Sr. Renato Gullo (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Manildo
88 Marcião de Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sra. Gabriela
89 Negreiros Coutinho (PROLAGOS); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto
90 (APAAPP); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande);
91 Sr. Guilherme Moura (SEMMA Silva Jardim); Sr. Nelson Ferreira da Costa
92 (ITOGRASS); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); e Sra.
93 Sulamita Rangel de Oliveira (Associação Observação de Cabo Frio); Sra. Roberta Cruz
94 da Silva (Associação Observação de Cabo Frio). O Srs. Evaldo Luís Coelho (IRV) e
95 Gilmar Prado Jacob (COOPASÃOJOÃO), e a Sra. Dalva Rosa Mansur (IPEDS)
96 manifestaram-se contra a aprovação das resoluções, devido a dificuldades no uso da

97 ferramenta. Desta forma, as resoluções “a”, que altera a resolução nº 75 da compra de
98 embarcação, e “b”, sobre o Monitoramento do Pescado da Laguna de Araruama, foram
99 aprovadas. Prosseguiu-se para a revogação da Resolução 91/2029, que trata Projeto de
100 esgotamento Sanitário de Armação de Búzios, no qual o Sr. Leandro Coutinho informou
101 que nesta resolução houve apenas a mudança do local, para uma localização mais
102 carente. A Sra. Adriana Saad esclareceu que esta é a terceira vez que ocorre mudança do
103 local em Búzios e que a Prefeitura Municipal optou por fazer o esgotamento sanitário
104 em Cem Braças devido ao sério problema com o esgoto que verte para a Praia de
105 Manguinhos, comunidade com grande população carente. A prefeitura se comprometeu
106 em complementar o que faltasse para a realização do esgotamento da região. Também
107 comunicou que, como recurso é o mesmo, não houve objeção do GT Fundrhi. Os
108 seguintes representantes manifestaram-se a favor da aprovação desta resolução, via
109 chat: Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Sra. Gabriela Negreiros Coutinho
110 (PROLAGOS); Sra. Ana Paula Araújo Pereira (FIPERJ); Sr. Leandro Coutinho Mattos
111 (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sr.
112 Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sr. Renato Gullo
113 (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto
114 (APAAPP); Sr. Nelson Ferreira da Costa (ITOGRASS); Sr. Guilherme Moura
115 (SEMMA Silva Jardim). Sendo, assim, aprovada a resolução “c”, que revoga a
116 Resolução 91/2029 – Projeto de esgotamento Sanitário de Armação de Búzios. O Sr.
117 Leandro Coutinho avançou, então, para a resolução que cria o GT de acompanhamento
118 do Contrato de Gestão. Os Srs. Eduardo Pimenta (UVA), Luiz Teixeira (P.M.C.F.) e
119 Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande) manifestaram interesse
120 em compor o GT. Os seguintes representantes manifestaram-se a favor da aprovação da
121 resolução, via chat: Sra. Ana Paula Araújo Pereira (FIPERJ); Sra. Daiana Paula da Silva
122 Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Sr. Renato Gullo
123 (Concessionária Águas de Juturnaíba); Sr. Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sra.
124 Gabriela Negreiros Coutinho (PROLAGOS); Sr. Francisco da Rocha Guimarães Neto
125 (APAAPP); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande);
126 Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); e Sra. Sulamita Rangel de
127 Oliveira (Associação Observação de Cabo Frio). Sem manifestações contrárias, a
128 resolução “d”, que cria o GT de Acompanhamento do Contrato de Gestão, foi aprovada.
129 O Sr. Emídio Fernandes destacou que o GACG deverá ser constituído por (03) três
130 representantes indicados por seus pares, para acompanhar o CG. A Sra. Marianna
131 Cavalcante então questionou aos presentes se, á princípio, as instituições da Sociedade
132 Civil concordam em ser representadas pelo Sr. Eduardo Pimenta, as instituições do
133 Poder Público concordam em ser representadas pelo Sr. Luiz Teixeira e as instituições
134 do Setor Usuários concordam em ser representadas pelo Sr. Leandro Coutinho no
135 GACG. Os seguintes representantes se manifestaram a favor, por segmento, Sociedade
136 Civil: Sr. Eduardo Pimenta (UVA), Sr. Manildo Marcião (IFF-CF); Poder Público: Sra.
137 Ana Paula (FIPERJ), Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Usuários: Sra.
138 Gabriela Coutinho (PROLAGOS), Sr. Francisco Guimarães (APAAPP), Sr. Renato
139 Gullo (CAJ), Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba
140 Grande), Sr. Nelson Ferreira (ITOGRASS); Sr. Fernando Barbosa (Clube Náutico de
141 Araruama). Deu-se Prosseguimento para o próximo ponto de pauta, de aprovação da
142 resolução do Projeto de Estudos Hidrológicos de Silva Jardim. A Sra. Marianna
143 Cavalcante explicou que o recurso é oriundo do estudo sobre a segurança da barragem
144 de Juturnaíba e do Manual Operativo de Juturnaíba, mas como as concessionárias já

145 contrataram esses projetos, aplicou-se os recursos a eles referentes para o estudo de
146 inundação em Silva Jardim. Manifestaram-se de acordo: Sra. Ana Paula Araujo Pereira
147 (FIPERJ); Sra. Daiana Paula da Silva Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Luiz Carlos Teixeira
148 Junior (P.M.C.F.); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sra. Irene Alves
149 de Mello (ALA); Sr. Manildo Marcião de Oliveira (IFF-CF); Sr. Eduardo Gomes
150 Pimenta (UVA); Sra. Gabriela Negreiros Coutinho (PROLAGOS); Sr. Francisco da
151 Rocha Guimarães Neto (APAAPP); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de
152 Pescadores Z-29 Iguaba Grande); Sr. Guilherme Moura (SEMMA Silva Jardim); Sr.
153 Nelson Ferreira da Costa (ITOGRASS); Sra. Roberta Cruz da Silva (Associação
154 Observação de Cabo Frio); Sr. Renato Gullo (CAJ). Contra: Sr. Fernando Barbosa da
155 Silva (Clube Náutico de Araruama). Deste modo, foi aprovada a resolução “e”, que trata
156 do Projeto de Estudos Hidrológicos de Silva Jardim. Seguindo para o próximo ponto de
157 pauta, o Sr. Leandro Coutinho colocou em votação a aprovação da resolução que cria a
158 CT de Gerenciamento Costeiro. Os seguintes representantes manifestaram interesse em
159 compor a CTGC: FIPERJ, Sr. Manildo Marcião (IFF-CF), Sr. Eduardo Pimenta (UVA),
160 Sr. Francisco Guimarães (APAAPP), Sr. Guilherme Moura (SEMMA Silva Jardim), Sr.
161 Fernando Barbosa (Clube Náutico de Araruama), Sra. Dulce Tupy (Colônia de
162 Pescadores Z-24 de Saquarema) e o Sr. José Ricardo (Associação dos Pescadores
163 Artesanais da Praia da Baleia). O Sr. Emídio Fernandes destacou que as instituições que
164 possuem interesse em compor a CTGC tem que enviar um ofício indicando os
165 representantes. O Sr. Leandro Coutinho complementou que todos os interessados,
166 mesmo os que não estão na reunião, devem enviar ofício formalizando o interesse em
167 compor a CT. Manifestaram-se a favor da aprovação desta resolução: Sr. Manildo
168 Marcião (IFF-CF), Sr. Jorge Mello (ALA), Sra. Irene Mello (ALA), Sr. Renato Gullo
169 (CAJ), Sr. Fernando Barbosa (Clube Náutico de Araruama), Sr. Guilherme Moura
170 (SEMMA Silva Jardim), Sra. Ana Paula Pereira (FIPERJ), Sr. Luiz Carlos Teixeira
171 (P.M.C.F.), Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa), Sr. Eduardo Pimenta
172 (UVA), Sra. Dulce Tupy (Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema), Sra. Sulamita
173 Rangel (Associação Observação de Cabo Frio), Sr. Francisco Guimarães (APAAPP) e
174 Sr. Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande). Assim, foi
175 aprovada a resolução “f”, que cria a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro. A Sra.
176 Ana Paula Pereira questionou qual seria a diferença das competências da CT Pesca e
177 Aquicultura e da CT de Monitoramento Costeiro, tendo em vista evitar uma
178 sobreposição dessas competências. O Sr. Francisco Guimarães respondeu que CT Pesca
179 é mais restrita a questões relacionadas à pesca e ao ordenamento pesqueiro, enquanto a
180 CTGC é mais ampla, não se restringindo a Lagoas, mas inclui todo o litoral de
181 abrangência do Comitê, contemplando a questão da incidência de lixo, orlas, entre
182 outras. O Sr. Eduardo Pimenta complementou que a amplitude da CTGC é mais
183 abrangente, tendo em vista que a CT Pesca e Aquicultura está relacionada a defeso,
184 pesca, sendo elas complementares. A Sra. Marianna Cavalcante informou que a
185 Delegatária irá aceitar manifestações de interesse por e-mail, para posterior envio do
186 ofício, devido à quarentena. O Sr. Leandro Coutinho passou para o próximo ponto de
187 pauta, colocando em votação a próxima resolução, que trata da criação da CT
188 Restauração Florestal. O Sr. Arnaldo Villa Nova colocou que, em sua visão, este
189 deveria ser um Grupo de Trabalho Permanente, e não uma Câmara Técnica. O Sr.
190 Francisco Guimarães sugeriu que o nome da Câmara Técnica fosse CT de Restauração
191 Ambiental, não restringindo sua atuação a questão florestal, possibilitando atuação junto
192 a outras situações. O Sr. Eduardo Pimenta propôs adicionar ambiental, podendo ser CT

193 de Restauração Florestal e Ambiental, que consideraria as questões de saúde ambiental.
194 O Sr. Francisco Guimarães concordou com o nome proposto. O Sr. Luiz Teixeira
195 manifestou não se opor a alteração do nome, mas destacou que seria necessário
196 modificar a resolução apresentada, porque teria que contemplar as questões ambientais,
197 pois ela está restrita as questões florestais em suas competências. O Sr. Leandro
198 Coutinho esclareceu ao Sr. Arnaldo Villa Nova que GT só pode permanecer por um
199 período, por isso deve ser CT, e questionou ao Sr. Emídio Fernandes a possibilidade
200 desta resolução voltar a ser analisada pela CTIL. O Sr. Emídio Fernandes concordou
201 que esta resolução deve retornar para CTIL, considerando a inclusão das questões
202 ambientais, pois atualmente só contempla as questões florestais. Para que, assim, possa
203 refletir o real desejo do colegiado. Desta forma, sem oposição dos presentes, ficou
204 decidido que a resolução “g”, que cria a CT de Restauração Florestal, voltaria para
205 análise da CTIL, sendo enviada para os membros desta CT e para os Srs. Francisco
206 Guimarães e Eduardo Pimenta. Passou-se para o ponto de pauta da aprovação da
207 atualização do calendário de reuniões, referentes aos meses de maio e junho de 2020. As
208 Sras. Daiana Cabral e Ana Paula Pereira questionaram a aprovação de um calendário
209 com as datas em aberto. A Sra. Marianna Cavalcante informou que a ideia era que os
210 representantes sugerissem datas para esse calendário durante a Plenária. O Sr. Arnaldo
211 Villa Nova destacou que a próxima CT Saneamento deveria ter a apresentação do
212 resultado do estudo da COPPE e questionou quem está atuando em relação aos
213 laboratórios. A Sra. Gabriela Coutinho esclareceu que a apresentação deste estudo será
214 realizado quando se normalizar as atividades presenciais, pois a apresentação em vídeo
215 é inviável. Elucidou, também, que houve o direcionamento de uma pessoa para tratar
216 dos laboratórios, que posteriormente entrará em contato, devido a reestruturação da
217 Prolagos, informou também que a COPPE encontra-se totalmente parada. O Sr.
218 Francisco Guimarães concordou que a apresentação por vídeo é realmente inviável, mas
219 perguntou se teria um relatório escrito que pudesse ser enviado para ser lido pelo
220 Comitê. A Sra. Gabriela Coutinho explicou que, sem a apresentação precedendo a
221 leitura do relatório, poderia gerar dúvidas. Porém, informou que levaria à diretoria da
222 Prolagos a possibilidade, para avaliarem se o relatório poderia ser enviado sem
223 apresentação anterior. O Sr. Arnaldo Villa Nova concordou que o documento deveria
224 ser enviado antes, para que fosse estudado e melhor avaliado, de maneira a levar as
225 dúvidas e considerações para a apresentação. O Sr. Francisco Guimarães comentou que,
226 desta forma, teria maior contribuição do Comitê. O Sr. Eduardo Pimenta sugeriu a
227 formalização do pedido do relatório via ofício da presidência do CBHLSJ, pois
228 viabilizaria a realização de análise mais detalhada do documento. A Sra. Gabriela
229 Coutinho concordou que o ofício seria uma boa contribuição. O Sr. Leandro Coutinho
230 reiterou que esse relatório sendo enviado antes a apresentação, teria melhores
231 contribuições e elaboração das dúvidas e solicitou a Delegatária o preparo do ofício
232 supracitado. A Sra. Marianna Cavalcante sugeriu que, conforme proposto pelo Sr.
233 Manildo Marcião, a apresentação fosse gravada, pois assim não haverá problemas com
234 conexão, e que fosse inclusa essa proposta no ofício. Todos os membros presentes
235 concordaram. O Sr. Leandro Coutinho propôs que o calendário fosse aprovado
236 como está e que fossem discutidas as datas por e-mail. Sem objeção dos presentes,
237 a proposta do Sr. Leandro Coutinho foi aprovada. Seguindo para o próximo ponto
238 de pauta, que abordou o convite recebido do Projeto FAO REBYC II – LAC para
239 que o CBHLSJ participe do processo de ordenamento do camarão sete barbas e do
240 camarão rosa nas regiões Sudeste e Central do país no âmbito de sua área de

241 atuação, por meio da aplicação da metodologia AEGP - Abordagem Ecosistêmica na
242 Gestão Pesqueira, 242 iniciando-se, em escala piloto, colocando-se à disposição para
243 capacitar facilitadores na 243 aplicação da AEGP, bem como, para juntos, iniciarmos o
244 processo de aplicação da 244 AEGP no âmbito do CBHLSJ, na expectativa de que esse
245 modelo possa ser usado como 245 base para propor uma nova estruturação da gestão
246 pesqueira no país. O Sr. Eduardo 246 Pimenta fez uma breve apresentação ao Convite
247 ressaltando que essa iniciativa acontece 247 no Brasil, Colômbia, Costa Rica, México,
248 Suriname, Trinidad e Tobago, esclarecendo 248 que nesse tipo de pesca há grande
249 quantidade de captura incidentais. Elucidou que o 249 objetivo desta revisão é a
250 avaliação da legislação e preparo de novo marco regulatório. 250 Inteirou aos presentes
251 que ocorreram reuniões a nível local e estadual e que, agora, estão 251 acontecendo a
252 nível regional. O Rio de Janeiro está incluso em duas regiões: Central e 252 Sudeste. O
253 Sr. Eduardo Pimenta solicitou que sua apresentação fosse compartilhada 253 com os
254 membros, para melhor entendimento da proposta aos presentes. Pediu para que 254
255 fosse feita uma consulta ao Comitê Macaé para que fosse incluído por ter em sua área
256 255 de atuação uma forte pescaria de camarão. Explicou que o projeto tem como
257 objetivo o 256 planejamento participativo por consulta aos usuários, governo e
258 pesquisadores 257 estabelecendo assim um novo marco regulatório. Neste momento, a
259 Sra. Gabriela 258 Coutinho avisou que teria que se retirar, mas que a Sra. Amanda
260 Bulhões seguiria 259 representando a instituição. O Sr. Leandro Coutinho parabenizou
261 o Sr. Eduardo Pimenta 260 pela apresentação e colocação, lembrando que o defeso de
262 peixes de Araruama foi 261 discutido com a população e que isso possibilitou receber
263 apoio dela ao longo da 262 realização do defeso. O Sr. Eduardo Pimenta enfatizou que a
264 proposição parte de baixo 263 para cima, ou seja, dos pescadores que se trata de um
265 novo método de abordagem que é 264 uma grande oportunidade para o CBHLSJ
266 participar dessa construção inédita nacional. 265 O Sr. Francisco Guimarães destacou
267 que o CBHLSJ já tem certo expertise neste tipo de 266 procedimento, à medida que a
268 legislação do defeso teve grande contribuição da 267 população. O Sr. Eduardo Pimenta
269 informou que o calendário das demais reuniões 268 regionais em Brasília foi cancelado
270 por conta da pandemia que assim que possível vai 269 ser retomada. Pediu, então, que
271 fosse deliberada a participação do CBHLSJ no Projeto 270 FAO REBYC II – LAC. O
272 Sr. Leandro Coutinho solicitou que se os presentes se 271 manifestassem no chat, tendo
273 de acordo dos seguintes representantes: Sr. Luiz Carlos 272 Teixeira (P.M.C.F.), Sr.
274 Renato Gullo (CAJ), Sr. Fernando Barbosa (Clube Náutico de 273 Araruama), Sra.
275 Dulce Tupy (Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema), Sr. Manildo 274 Marcião
276 (IFF-CF), Sra. Ana Paula Pereira (FIPERJ), Sr. Arnaldo Villa Nova 275 (Associação
277 Viva Lagoa), Sra. Daiana Cabral (P.M.S.P.A.), Sr. Eduardo Pimenta 276 (UVA), Sra.
278 Irene Mello (ALA), Sra. Amanda Mendes Bulhões Barbosa 277 (PROLAGOS), Sra.
279 Roberta Cruz (Associação Observação de Cabo Frio), Sr. Francisco 278 Guimarães
280 (APAAPP) e Sr. Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba 279 Grande).
281 Sendo, assim, aceito o convite para contribuição do CBHLSJ na Revisão do 280 Marco
282 Regulatório da legislação da pesca de camarões em águas interiores e águas 281
283 costeiras no âmbito do Projeto FAO REBYC II – LAC. O Sr. Leandro Coutinho passou
284 282 para o próximo ponto de pauta, sobre a criação de conta no Instagram para o
285 CBHLSJ, 283 destacando que é um passo importante para a comunicação do Comitê. O
286 Sr. Tomás Baggio elucidou um grande público utiliza essa rede social, principalmente o
287 mais jovem, em comparação com o do Facebook. Explicou que se trata de uma rede
288 social mais voltada a fotografias, solicitando aos presentes que, quem tivesse fotos

289 relativas ao Comitê, enviasse para alimentar essa conta. Manifestaram-se a favor da
290 proposta: Sr. Guilherme Moura (SEMMA Silva Jardim), Sr. Leandro Coutinho (Colônia
291 de Pescadores Z-29 Iguaba Grande), Sr. Manildo Marcião (IFF-CF), Sra. Ana Paula
292 Pereira (FIPERJ), Sr. Eduardo Pimenta (UVA), Sr. Francisco Guimarães (APAAPP),
293 Sra. Irene de Mello (ALA) e a Sra. Dulce Tupy (Colônia de Pescadores Z-24 de
294 Saquarema). Assim, foi aprovada a criação de uma conta no Instagram para o CBHLSJ.
295 O Sr. Emídio Fernandes comentou que não foram discutidos dois pontos da última
296 plenária, ocorrida no dia 17/04/2020: o estudo de contraponto ao da Prolagos e a criação
297 do GT Transposição. O Sr. Eduardo Pimenta respondeu que, para se discutir o
298 contraponto, deve haver primeiro a apresentação do estudo da COPPE. O Sr. Arnaldo
299 Villa Nova reiterou que precisa haver essa apresentação antes, para que se possa avaliar
300 como a Prolagos está tratando a situação e depois contratar esse estudo. As Sras. Daiana
301 Cabral e Ana Paula Pereira se manifestaram contra esperar essa apresentação para dar
302 início a esse estudo. O Sr. Francisco Guimarães disse que deveria ser feito logo um
303 escopo de projeto e levantamento do recurso para este estudo. Neste momento, a Sra.
304 Daiana Cabral informou que teria que se ausentar da reunião. O Sr. Leandro Coutinho
305 solicitou que fosse agilizada pela Delegatária a questão do GT de Transposição e
306 questionou se forma a composição desse GT nesta reunião ou se a Delegatária irá entrar
307 em contato por e-mail para isso. O Sr. Eduardo Pimenta concordou que fosse composto
308 por e-mail esse grupo, tendo em vista que a reunião já se encontrava muito longa. A Sra.
309 Marianna Cavalcante esclareceu que o GT de Transposição já foi aprovado em reuniões
310 anteriores, mas falta a resolução. E informou que poderia ser feita a aprovação da
311 minuta de resolução da criação desse GT e sua composição na próxima plenária.
312 Concordaram com a proposta da Sra. Marianna Cavalcante: Sr. Leandro Coutinho
313 (Colônia de Pescadores Z-29 Iguaba Grande), Sr. Manildo Marcião (IFF-CF), Sr.
314 Eduardo Pimenta (UVA), Sra. Irene de Mello (ALA), Sr. Guilherme Moura (SEMMA),
315 Sra. Ana Paula Pereira (FIPERJ), Sr. Francisco Guimarães (APAAPP), Sr. Luiz Carlos
316 Teixeira (P.M.C.F.), Sr. Fernando Barbosa (Clube Náutico de Araruama) e o Sr.
317 Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa). Desta maneira, foi aprovada a proposta
318 de se aprovar e compor o GT Transposição na próxima reunião de Plenária. Neste
319 ponto, ausentaram-se da reunião o Sr. Renato Gullo e a Sra. Roberta Cruz. O Sr.
320 Leandro Coutinho prosseguiu para o ponto de pauta dos esclarecimentos sobre os
321 recursos que serão utilizados para o Projeto de Saquarema e pediu que, se alguém
322 tivesse alguma dúvida, se manifestasse no chat. O Sr. Emídio Fernandes questionou a
323 justificativa para alteração do valor disposto para o projeto de Saquarema. A Sra.
324 Adriana Saad informou que o ofício de resposta a CTIL, enviado como anexo desta
325 reunião, visava responder a essa questão. Elucidou que, quando solicitado, os outros
326 municípios apresentaram seus projetos. Porém, o município de Saquarema optou por
327 apresentar o seu posteriormente. Assim, quando restavam apenas 768 mil reais, a
328 Prefeitura de Saquarema se manifestou interessada. Porém, nesse ponto, só havia este
329 recurso disponível. Elucidou que para 2021 está previsto mais de 1 milhão de reais
330 disponíveis, porém só em 2021 que se poderia discutir a aplicação desse recurso. O Sr.
331 Emídio Fernandes informou que sua questão inicial foi respondida, mas que gostaria
332 que fossem realizadas correções no ofício enviado. O Sr. Emídio Fernandes perguntou,
333 ainda, por que não poderia ser aprovado, ainda em 2020, resolução com o recurso de
334 2021. A Sra. Adriana Saad informou que todo o valor dos anos de 2018, 2019 e 2020 já
335 foi aplicado a projetos, restando apenas os 768 mil reais para o projeto de saneamento
336 de Saquarema. Também comunicou que enviaria um ofício ao Inea questionando se

337 poderia aprovar gastos do recurso de 2021, pois na teoria só poderia aplicar esse recurso
338 após seu repasse. Nesse momento, o Sr. Guilherme Moura informou que teria que se
339 ausentar. O Sr. Emídio Fernandes perguntou a quais PAPs se referem cada projeto de
340 saneamento aplicado. A Sra. Adriana Saad explicou que em 2019 havia o recurso do
341 ano vigente, mais o recurso arrestado, totalizando mais de 5 milhões de reais, recurso
342 que aplicado em projetos em sua totalidade. Em 2020, todo o recurso também foi
343 aplicado, restando apenas o valor destinado ao projeto de Saquarema. Informou que
344 todo o recurso de 2018 foi para o projeto de saneamento de São Pedro da Aldeia. O Sr.
345 Emídio Fernandes indagou o por que de todas as resoluções citarem a resolução
346 CBHLSJ nº 71 e o motivo pelo qual alguns anos aprovaram mais recursos que o
347 previsto e neste caso não poderia. A Sra. Adriana Saad respondeu que cita essa
348 resolução, pois não poderia anulá-la, tendo em visto que isto cancelaria todos os
349 projetos envolvidos. Reiterou que o financiamento do projeto de SPA veio do recurso
350 de 2018, e os demais projetos que saíram do recurso de 2019, que tinha dinheiro da
351 Conta D, mais o valor do arresto. Desta forma, não se ultrapassou os recursos
352 disponíveis. O que restou de um ano, somou ao ano posterior. A Sra. Marianna
353 Cavalcante elaborou a dúvida do Sr. Emídio Fernandes, que em 2019 aprovou os
354 recursos de 2019 e de 2020 também, porque fez isso em 2019 e não poderia em 2020, e
355 reiterou que a Sra. Adriana Saad já respondeu a esse questionamento, informando que
356 consultaria o Inea. A Sra. Adriana Saad explicou que mesmo que fosse solicitado, o
357 recurso só seria repassado no ano referente (2021). Destacou ainda que isso seria sem
358 considerar o cenário de pandemia. O Sr. Emídio Fernandes questionou os projetos não
359 foram aprovados pelo CERHI. A Sra. Adriana Saad elucidou que a Plenária aprova
360 projeto e que só informam/dão ciência ao CERHI; e que, após a documentação ser
361 encaminhada ao Inea, eles aprovam e repassam o recurso. A Sra. Marianna Cavalcante
362 explicou que os recursos da conta D não precisam de aprovação no CERHI e informou
363 que GT Fundrhi é do CERHI e que, desta forma, tudo que for avaliado dentro dele é
364 divulgado pelo CERHI. A Sra. Adriana Saad reiterou que iria questionar ao Inea a
365 possibilidade de se aprovar o valor que será disponibilizado somente em 2021, para já
366 ficar reservado para algum projeto e explicou que se os repasses do Inea estivessem
367 sendo realizados normalmente, poderia ser aprovado. Propôs, também, fazer o projeto
368 em duas etapas, a primeira parte com o valor já disponibilizado e já amarrar no projeto
369 uma segunda parte com o valor previsto para 2021. A Sra. Sandra Barbara esclareceu
370 que o recurso atual garantiu uma parte do projeto, mas que teria que ser comprometido
371 parte do valor de 2021 para esse projeto, questão discutida em reunião anterior do CT
372 Saneamento. O Sr. Leandro Coutinho agradeceu as colocações e destacou que se deve
373 aguardar o retorno da Sra. Adriana Saad da consulta ao Inea. A Sra. Ana Paula Pereira
374 sugeriu que a ata desta reunião fosse enviada a todos com um pouco mais de
375 antecedência, para que todos vejam e não haja equívoco dos entendimentos durante a
376 reunião que, por ser online, dificulta. Abordou-se, então, o item 7 da pauta, sobre o
377 Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e preenchimento do questionário de avaliação.
378 Pediu para quem tivesse dúvidas colocar no chat. A Sra. Marianna Cavalcante informou
379 que foi enviada a plenária uma apresentação com a parte conceitual do CG e que se
380 procura uma maior atuação do comitê no CG por meio da Comissão de
381 Acompanhamento, para melhor contribuição nas metas do CG. Comentou que no CG
382 do ano de 2017 eram cinco indicadores de avaliação pelo órgão gestor. Porém, em 2019,
383 houve mudança nesses indicadores, sendo alguns unidos e outros inseridos. Solicitou ao
384 Comitê que repassasse suas contribuições, através de sua diretoria, ao Fórum

385 Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas, que levaria essas contribuições ao CG,
386 caso haja algo a se agregar às metas. A Sra. Adriana Saad complementou que, embora
387 os CG do CILSJ tenham o CBH como interveniente, os demais CG do Estado do Rio de
388 Janeiro não possuem e que, por esta razão, foi iniciada essa discussão no FFCBH.
389 Iniciou-se a abordagem dos Assuntos Gerais, no qual o Sr. Jorge de Mello pediu vez de
390 fala, explicando estar preocupado com a instalação de um hospital de campanha em
391 Barra de São João, em uma região na qual o esgoto não é tratado. Informou que este
392 hospital visaria atender pacientes contaminados com COVID-19, de Saquarema à
393 Macaé. A Sra. Irene de Mello destacou a importância dos membros do CBHLSJ ter
394 empatia, pois esse hospital iria atender a toda a bacia. O Sr. Leandro Coutinho pediu
395 que a Delegatária elaborasse os documentos necessários para se averiguar a situação que
396 foi apresentada, informando ao Sr. Jorge de Mello e a Sra. Irene de Mello o apoio do
397 Comitê. O Sr. Francisco Guimarães solicitou a Delegatária que fosse preparado um
398 ofício, que fosse aprovado anteriormente pela Presidência do Comitê, manifestando às
399 instituições relacionada a preocupação do CBHLSJ com a destinação dos efluentes
400 deste hospital de campanha. A Sra. Marianna Cavalcante questionou quais as
401 instituições que deveriam ser endereçados os ofícios solicitados. Sendo informado para
402 encaminhá-los ao Inea, Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu, Secretaria Estadual
403 e Municipal de Saúde, Vigilância Sanitário Municipal e Estadual, Conselho Estadual de
404 Saúde. O Sr. Emídio Fernandes solicitou que as convocações e documentos sejam
405 enviados não só para os representantes, mas também para a Instituição membro. Não
406 havendo nenhum outro assunto a ser tratado, o Sr. Leandro Coutinho encerrou a reunião
407 agradecendo a presença e paciência de todos. Deste modo, eu, Jéssica Cavalcante
408 Berbat, lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do
409 Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de
410 Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia,
411 14 de julho de 2020.



LEANDRO COUTINHO MATTOS
Diretor Presidente CBHLSJ